

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.656 - SP (2018/0268643-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : A V  
**ADVOGADOS** : JOÃO JOSÉ FORAMIGLIO - SP053118  
ELIÉDERSON FORAMIGLIO - SP173897  
**RECORRIDO** : J P C V  
**RECORRIDO** : D C V (MENOR)  
**REPR. POR** : R C C  
**ADVOGADO** : GABRIELLE GABRIEL VIEIRA - SP272663

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL**  
**MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** ALIMENTOS.  
EXECUÇÃO. ART. 20 DA LEI Nº 8.036/1990.  
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA DO F.G.T.S.  
ROL TAXATIVO. RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DO  
VALOR BLOQUEADO. LEVANTAMENTO EFETIVADO.  
IRREPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS. FALTA DE  
IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DO  
ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283 DO STF.  
RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

J.P.C.V. e D.C.V., representados por R.C.C. (J.P.C.V. e D.C.V.)  
propuseram ação de execução de prestação alimentícia contra A.V. (A.V.).

A.V. opôs embargos à execução que foram impugnados por J.P.C.V. e  
D.C.V., representados por R.C.C. (e-STJ, fls. 92/96 e 116/126).

O Juízo de primeira instância deferiu o parcelamento do débito  
pleiteado, sendo a decisão mantida pelo Tribunal local com a denegação do agravo de  
instrumento interposto por J.P.C.V. e D.C.V., representados por R.C.C. (e-STJ, fls.  
165/167).

Os embargos à execução opostos por A.V. foram julgados  
improcedentes (e-STJ, fls. 168/170).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso de apelação  
de A.V., por maioria, vencido o 3º Juiz que declarou, acompanhando o relator o 4º Juiz e  
acompanhando a divergência, o 5º Juiz, com a seguinte ementa:

*APELAÇÃO CÍVEL - Alimentos - Embargos à execução –  
Pretensão de penhora de saldo de FGTS para satisfação de débito*

*exequendo - Inadmissibilidade - Valor impenhorável - Ausência de previsão legal a autorizar aludida transferência - Inviabilidade, contudo, de se compensar o valor penhorado e levantado pelos exequentes com débitos ainda em aberto - Recurso provido em parte (e-STJ, fl. 217).*

Inconformado, A.V. interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 229/239), com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, apontando a violação dos arts. 20 da lei nº 8.036/1990 e 805 do NCPC, ao sustentar **(1)** que o rol do dispositivo legal que trata das hipóteses de movimentação da conta vinculada do FGTS não é taxativo, de modo a inadmitir interpretação extensiva, razão pela qual o saldo bloqueado deverá ser restituído; e, **(2)** alternativamente, pediu para que, em atenção ao princípio da menor onerosidade, seja o valor bloqueado direcionado ao pagamento da dívida alimentar nos autos do processo nº 1002669-27.2015.8.26.0602, que tramita sob o rito do art. 733 do CPC/73.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 241/247).

Intimado, o Ministério Público Federal apresentou parecer pela inadmissibilidade do recurso (e-STJ, fls. 250/253).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 254/256).

Intimado, o Ministério Público Federal apresentou parecer pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ, fls. 280/285).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não comporta acolhimento.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso de apelação de A.V., ao concluir, por maioria, pela taxatividade do art. 20 da Lei nº 8.036/1990,

porém pela inviabilidade da restituição e compensação do valor bloqueado e levantado, considerando a irrepetibilidade dos alimentos, como se pode ver nos trechos extraídos do acórdão impugnado, a seguir transcrito:

*Primeiramente, necessário esclarecer que a penhora do FGTS é questão controversa. Todavia, em que pese o entendimento adotado pelo MM. Juiz singular, esta Relatoria tem orientação diversa sobre o tema. Isto porque o artigo 2º, parágrafo 2º da Lei 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS, esclarece que as contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis: contam elas com especial proteção por serem consideradas imprescindíveis à futura sobrevivência do devedor, não estando tal numerário à sua "disposição" imediata e tampouco de seu credor. Tanto é assim que o legislador previu, de forma expressa, as hipóteses em que autorizada a movimentação do Fundo, as quais se encontram no artigo 20 da referida lei. As situações elencadas são taxativas, ou seja, são "numerus clausus", não tendo o pagamento de pensão alimentar sido ali incluído. Por outro lado, há de se atentar ao fato de que o dinheiro depositado em conta vinculada não pertence ao fundista, mas, antes, ao Fundo, que poderá sofrer danos irreparáveis em caso de liberação indevida, ainda que seja para pagamento de dívida alimentar. [...] Por fim, até por razões de ordem prática, não se há de olvidar a perfunctoriedade das decisões que tem permitido a penhora de valores do FGTS para saldar dívidas alimentares, decisões essas que acabarão por gerar serio precedente, a estimular a inadimplência dos devedores até como forma de prematura desvinculação do fundo. Nada obstante, observa-se que, no caso vertente, o saldo de titularidade do executado, no valor de R\$ 12.448,24, já foi penhorado e levantado pelos exequentes, sendo inviável, portanto, tanto a sua restituição quanto a compensação pretendida pelo executado, haja vista a irrepetibilidade dos alimentos. Daí porque, no particular, a apelação não pode ser provida. De rigor, portanto, ainda que de forma inócua, a parcial reforma da sentença recorrida, para julgar procedentes em parte os embargos à execução, invertendo-se o ônus da sucumbência com observância da gratuidade da justiça. Ante o acima exposto, pelo meu voto, dou parcial provimento ao recurso, para a finalidade acima referida (e-STJ, fls. 218/220).*

Por seu turno, A.V., nas razões do recurso especial, alegou que, por ser taxativo o rol do dispositivo que trata da movimentação da conta vinculada ao F.G.T.S., o saldo bloqueado desta conta deve ser restituído ou alternativamente compensado nos autos da execução que tramita sob o rito do art. 733 do CPC/73, em atenção ao princípio

da menor onerosidade ao devedor.

Ou seja, nada mencionou acerca da inviabilidade da restituição ou compensação pretendidas, considerando a irrepetibilidade dos alimentos.

De forma que, sem impugnar especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, incide, à espécie, a Súmula nº 283 do STF.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FORÇA MAIOR NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE EXCLUDENTE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. MULTA CONTRATUAL. INVERSÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 83 DO STJ. PRINCÍPIOS DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL E BOA-FÉ. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

[...]

*5. A ausência de impugnação de fundamento válido e autônomo do acórdão atrai a incidência da Súmula nº 283 do STF.*

*6. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 929.972/MG, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 13/12/2016, DJe 14/2/2017 - sem destaque no original)

*AGRAVO INTERNO NO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO - ACC. NATUREZA EXTRACONCURSAL. ART. 49, §4º, DA LEI Nº 11.101/2005. SÚMULA Nº 83/STJ. TRANSCURSO DO PRAZO DE SUSPENSÃO. PLANO HOMOLOGADO. FUNDAMENTOS. SÚMULA Nº 283/STF.DECISÃO MANTIDA.*

[...]

*2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal - Súmula nº 283/STF.*

*3. Agravo interno não provido.*

(AgInt no REsp 1.258.939/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/3/2017, DJe 20/3/2017 - sem destaque no original)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, porquanto não fixados na origem, em desfavor de A.V..

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

